

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.434.157 - SP (2019/0015702-1)**

**RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE : FUNDAÇÃO SÃO PAULO APOSTOLO**  
**ADVOGADO : TARCISIO PICON SOARES E OUTRO(S) - SP309921**  
**AGRAVADO : CENTRO MEDICO INTEGRADO DE CAMPOS DO JORDAO SS**  
**ADVOGADO : MARCO ANTONIO TOLEDO RIBEIRO E OUTRO(S) - SP263118**  
**INTERES. : MUNICIPIO DE CAMPOS DO JORDAO**  
**PROCURADOR : ELAINE MAZAIA CONDE SALVATI E OUTRO(S) - SP240352**

**DECISÃO**

1. Cuida-se de agravo interposto por FUNDAÇÃO SÃO PAULO APOSTOLO contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

Ação cobrando prestação de serviços médicos hospitalares. R. sentença de procedência, com apelo só da ré. Afastada a preliminar de ilegitimidade de parte. Incontroversa a prestação dos serviços e a falta de pagamento. Alegação de carência de recursos em razão do não repasse de verbas do SUS que não socorre a Fundação. Dever de pagar seus funcionários e fornecedores que permanece incólume. Decisum mantido na íntegra. Art. 252, do Regimento Interno deste Tribunal. Nega - se provimento ao apelo da Fundação requerida.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 125, inciso II e 485, inciso VI, do CPC de 2015; 884 do CC.

Alega, em síntese, que, "tomando os argumentos lançados pela Recorrida na inicial, não se verifica nenhuma conduta ilícita atribuída à Recorrente, o que, por si só, impõe o reconhecimento de sua ilegitimidade *ad causam*".

E continua:

Fato incontestado, que durante a intervenção decretada pelo Município de Campos do Jordão, a Recorrente foi afastada de todas as atividades administrativas e financeiras concernentes ao Hospital.

Até o acesso às dependências foi restrito.

Portanto, embora a prestação dos serviços médicos cobrados pela Recorrida tenha ocorrido nos meses que antecederam a requisição administrativa, quando do faturamento das notas fiscais, a Recorrente se encontrava fora do seu exercício administrativo-econômico, motivo pelo qual, o pagamento não fora integralmente efetuado.

Sob este aspecto, a partir de janeiro/2015, coube ao Município de Campos do Jordão, responsabilidade para recebimento dos repasses, dirigidos a manutenção do Hospital, englobando, dentre outros, os pagamentos pelos serviços prestados por terceiros, fornecedores, dentre outros, e a continuidade dos serviços de atendimento médico ambulatorial.

Defende o cabimento da denunciação da lide.

É o relatório. DECIDO.

2. As matérias referentes aos arts. 125, inciso II, do CPC de 2015 e 884 do CC, não foram objeto de discussão no acórdão recorrido, apesar da oposição de embargos de declaração, não se configurando o prequestionamento, o que impossibilita a sua apreciação na via especial (Súmula 282/STF).

Ressalto que o STJ não reconhece o prequestionamento pela simples interposição de embargos de declaração. Persistindo a omissão, é necessária a interposição de recurso especial por afronta ao art. 1.022 do CPC de 2015 (antigo art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento.

3. No mais, ao afastar a alegada ilegitimidade passiva da ora agravante, o Tribunal de origem assim consignou:

De largada, deve ser afastada a preliminar de ilegitimidade passiva da Fundação São Paulo Apóstolo - Hospital São Paulo.

A requerente busca, na presente demanda, cobrar pelos serviços médicos hospitalares prestados à requerida.

As notas fiscais colacionadas pela acionante a fls. 37139 demonstram que os serviços eram prestados à entidade ré (tomadora do serviço), que, portanto, é a parte legítima para responder pelos débitos. As alegações acerca da existência de intervenção do Município naquela instituição de saúde são irrelevantes para o deslinde do feito, o que ficará melhor explanado adiante.

[...].

Com efeito, consta da inicial que a empresa autora fora contratada pelo hospital réu para a prestação de serviços médicos e que tais serviços foram prestados pela Dra. Rosa Angélica Camargo Montestruque, CRM nº 102.598, que atendia em plantões de final de semana, ao valor de R\$ 2.000,00 por plantão, mas que nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2014 não foram efetuados os devidos pagamentos.

A requerida em momento algum nega a referida inadimplência, limitando-se a alegar que não seria a responsável pelo débito, mas sim o Município de Campos do Jordão, que interferiu na sua gestão, mediante Requisição Administrativa (Dec. Municipal nº 7.362/15 e prorrogada pelo Dec. nº 7.347/15).

A ré discorre, ainda, sobre questões referentes ao repasse de verbas públicas que deveriam ter sido realizadas pela Prefeitura, mas que não teriam ocorrido, com intenção de prejudicá-la.

Realmente, há prova nos autos sobre a existência de impasse quanto à transferência de verbas entre a Fundação e o Município de Campos do Jordão (consta, inclusive, intervenção do Ministério Público (Portaria de Instituição de Inquérito Civil de 2014), fls. 144/150).

Contudo, entende-se que toda a celeuma relacionada ao repasse de verbas pelo Município não interfere na questão aqui debatida, pois, tal fato não isenta a tomadora do serviço de honrar com as suas obrigações. Ressalta-se que a requisição administrativa durou entre 29.01.15 a 29.01.16 (fl. 273), ou seja, posteriormente à dívida exigida (ainda que tivesse sido faturados depois, os serviços foram prestados entre outubro e dezembro de 2014).

Mas, ainda que assim não fosse, o fato é que não se vislumbra

responsabilidade do Município pelo adimplemento da obrigação, uma vez que a relação jurídica entre a citada Prefeitura e a Fundação ré é de Direito Público, regida por normas específicas, ou seja, os debates relativos ao repasse de verbas públicas fogem não só do objeto da demanda (relação contratual regida pelo direito privado) como da competência desta 27ª Câmara.

Assim, o que se tem é que a contestação veio desmuniada de elementos de convicção, nada mais restando a não ser confirmar o r. decisum monocrático, proferido por quem, estando muito mais perto das partes e causa, pode melhor sentir.

Querendo e podendo, que a Fundação se volte contra quem de direito.

Nota-se que o acórdão recorrido está assentado em mais de um fundamento suficiente para mantê-lo e a parte agravante não cuidou de impugnar todos eles, como seria de rigor.

Assim, a subsistência de fundamento inatacado, apto a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula n. 283/STF: “É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.”

4. Ainda que assim não fosse, o acolhimento da pretensão recursal, a fim de verificar a alegada ilegitimidade passiva da agravante, exigiria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, atraindo o óbice da Súmula 7 do STJ.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS INDEVIDOS. LEGITIMIDADE PASSIVA DO MUNICÍPIO. RESPONSABILIDADE PELO RESSARCIMENTO. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. EXAME DA LEI MUNICIPAL 3188/2006. SÚMULA 280/STF.

1. Extraí-se do acórdão vergastado e das razões de Recurso Especial que o acolhimento da pretensão recursal demanda reexame do contexto fático-probatório, mormente para avaliar a responsabilidade do município pelo ressarcimento das verbas previdenciárias descontadas, bem como da Lei Municipal 3188/2006, para apurar a condição de autarquia municipal do Vitóriaprev, o que é obstado nos termos da Súmula 280/STF: "Por ofensa a direito local não cabe Recurso Extraordinário."

2. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1760646/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 17/12/2018)

5. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator

